## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

# ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE E PREÇO PROPOSTO



## 1 - DA NECESSIDADE DO OBJETO:

Tratam os presentes autos de procedimento de Dispensa de Licitação, que tem por objetivo a contratação de empresa para confecção e sacolas plásticas personalizadas. Justifica-se pela necessidade da aquisição das sacolas a fim de acondicionamento das mercadorias compradas na loja.

Devido ao valor estimado, a urgência na aquisição e o Pregão Presencial 01/2023 ter sido DESERTO, sugerimos que a mesma seja efetuada através de Dispensa de Licitação, conforme sugestão por e-mail da assessoria jurídica em 16/03/2023, ficando a disposição de todas as análises cabíveis e convenientes que o caso requer.

Após análise das propostas adquiridas por meio da pesquisa de preços com empresas do ramo, assim como os valores de referência, verificamos que o atendimento desta necessidade se revela vantajosa e econômica para esta Farmácia. Ressalta-se que, consta o termo de referência elaborado, que está devidamente aprovado pela Direção da Farmácia do IPAM S.A.

### 2 - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das empresas públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, e ainda procurar a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício desta atividade foi então criada a Lei Federal 13.303/2016, mais conhecida como a Lei que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há momentos que não aparecem nenhum interessado na sessão, por motivos desconhecidos, que desta forma considera-se Deserto o certame.

Na ocorrência de licitação deserta temos a base no art. 29, III da Lei 13.303/2016, que diz que poderá ser realizada dispensa de licitação, desde que mantidas as condições preestabelecidas no Edital (quantidade, por exemplo).



# 3 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO.

Nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. Este planejamento foi realizado pelo setor de compras internas. Realizado o pregão presencial no fia 07/03/2023, o qual não obtivemos êxito, pois não compareceu nenhum interessado. considerada assim que foi deserta.

Na ocorrência de licitação deserta temos a base no art. 29, III da Lei 13.303/2016, que diz que poderá ser realizada dispensa de licitação, desde que mantidas as condições preestabelecidas no Edital (quantidade, por exemplo).

## 4 - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Foram realizadas pesquisas de preços, conforme orçamentos em anexo, tendo a empresa xxxxxxx, inscrita no cnpj  $n^{o}$ . ....., apresentando um custo final menor em comparação com outras empresas do mesmo ramo de atividade , bem como compatíveis com os praticados.

A apresentação de serviço disponibilizado pela empresa supracitada é compatível e não apresenta grandes diferenças que venha a influenciar na preferência, ficando esta escolha vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

### 5 - DAS COTAÇÕES

No processo, verificou-se a necessidade de realizar cotações devido à natureza do objeto. Buscando averiguar os valores praticados, entre empresas do mesmo ramo de atividade, foi realizado cotações com 04 (quatro) empresas.

Assim, diante das cotações de preços, restou comprovado ser o valor total médio de mercado praticado igual a R\$ xxxxx,xx (tabela de Referência).

O valor referido pela Empresa XXXXXXX foi de R\$ xxx,xx. A proposta apresentada pela empresa é compatível com os preços praticados no mercado.

## 6 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo estar em juntar aos autos do respectivo processo 03 (três) propostas.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Farmácia do IPAM S.A. adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

#### 7 - DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para a contratação dos serviços pretendidos, foi:



Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXX

Valor Total: R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX



# 8 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para a contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no Processo licitatório, como segue abaixo:

### DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL, em vigor, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documentos de eleição de seus atuais administradores, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

- A contratada poderá apresentar a versão consolidada do documento, devendo esta vir acompanhada de todas as alterações posteriores, caso houver.
- Somente será habilitada a contratada que apresentar, além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social.

## DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CNPJ-MF;
- PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA FEDERAL (Certidão Federal Conjunta), em vigor, com informações referentes à Regularidade com os Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União;
- PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL em vigor.



- PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL (considerando a totalidade dos tributos), em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame.
- PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, em vigor;
- PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em vigor.

## DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa jurídica.
  - A empresa com sede em outras unidades da federação deverão apresentar certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de origem.

### DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO LICITADO, conforme Anexo II, devidamente assinada por representante legal da empresa;
- Comprovação de aptidão por intermédio de, no mínimo, **01 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a **empresa licitante** tenha sido contratada para a execução de serviços similares pertinentes e compatíveis ao objeto do presente certame.

#### **OUTROS DOCUMENTOS**

- DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO, conforme Anexo III;
- DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES EM SEU QUADRO FUNCIONAL, em atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, conforme Anexo IV;



- DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, subscrita por seu representante legal, conforme Anexo;

- Todas as certidões apresentadas deverão estar vigentes ao momento de sua apresentação.

- As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 06 (seis) meses.

### 9 - CONCLUÇÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo assim, a Administração adquirí-lo sem qualquer afronta à lei 13.303/2016. Podendo ser adquirido pelo critério de Dispensa de Licitação, Art. 29, inciso III da Lei 13.303/2016, respeitando a legislação vigente, para o qual autorizo, após a criteriosa análise da documentação e análise da Assessoria Jurídica a realização da Dispensa de Licitação para a confecção de Sacolas Personalizadas para a Farmácia do IPAM S.A.